



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "A importância do custeio da Previdência Pública".

JUSTIFICAÇÃO

Vivemos tempos em que os direitos dos trabalhadores estão sendo atacados de forma sistemática.

A precarização do trabalho assume diversas formas, todas com o mesmo objetivo: reduzir custos para empresas e transferir riscos e responsabilidades para os trabalhadores e assim atacando diretamente o custeio da Previdência Pública.

Entre essas práticas, destacam-se a pejetização, a terceirização, a intermediação irregular, trabalho intermitente, trabalho informal, trabalho por aplicativo e a forma inadequada do trabalhador como microempreendedor individual – MEI.

A pejetização é uma forma clara de burlar direitos trabalhistas. Empresas contratam pessoas como se fossem “empresas próprias”, em vez de reconhecer sua condição de empregados.



O resultado é a perda de férias, 13º salário, benefícios, e até mesmo dificuldades no acesso à Previdência Social.

A terceirização, quando mal aplicada, transforma trabalhadores em cidadãos de segunda classe. É a porta escancarada para o trabalho escravo, que, infelizmente, é uma realidade em todos os estados do nosso país. Eles são contratados por empresas terceirizadas para executar funções que poderiam ser realizadas por empregados diretos, com salários menores, sem estabilidade e sob condições muitas vezes precárias.

Já a intermediação ilegal expõe o trabalhador à exploração. Intermediários contratam sem cumprir a lei, deixando quem produz riqueza para o país sem direitos básicos, com jornadas instáveis e salários miseráveis.

Essas práticas não são apenas injustas; são perigosas.

Elas aumentam a informalidade, diminuem a proteção legal, reduzem salários e benefícios, ameaçando a sustentabilidade da Previdência Social e enfraquecendo a Justiça do Trabalho.

Todo o trabalhador, toda a trabalhadora merecem respeito, direitos e proteção.

Como disse o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho - TST – Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho “A desconstrução da proteção trabalhista, enfraqueceu instrumentos que, inclusive, são responsáveis por injetar dinheiro na economia, como o décimo-terceiro, o FGTS e a própria Previdência Social. “Quem vai pagar a Previdência? Quem vai ser responsável pelas gerações futuras?” Por isso estamos aqui para continuarmos o debate sobre a importância



do custeio da Previdência Pública”. Os(as) convidados(as) serão informados posteriormente.

Sala da Comissão, de de .

Senador Paulo Paim
(PT - RS)

